



Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • N° 199 • Quarta-feira, 12 de Julho de 2017 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



PRODUZIR E CONSUMIR O NACIONAL

Págs. 3 e 6

GOVERNO REAJUSTA COMPETÊNCIAS DA INAE

O Governo de Moçambique aprovou esta terça-feira o decreto que requalifica as atribuições da Inspeção Nacional das Actividades Económicas (INAE), que deixa de fiscalizar as actividades mineiras e a qualidade do meio ambiente resultante da actividade industrial.

Reunido na sua 23.ª sessão ordinária, o Conselho de Ministros entende que a fiscalização dos dois sectores é específica, devendo ser realizada por instituições ligadas a estas áreas.

Segundo explicou a porta-voz do Governo, Ana Comoana, o controlo das actividades mineiras vai caber exclusivamente à Inspeção Geral dos Recursos Minerais, enquanto a verificação de resíduos sólidos e líquidos resultantes da actividade industrial, comercial e de outros serviços cabe à Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental (AQUA).

No entanto, o Governo decidiu que a INAE passa também a inspeccionar o comércio externo para combater actos ilícitos na exportação de produtos nacionais.

"Estas medidas visam fazer com que a INAE abarque o maior número de sectores, mas pela natureza de alguns campos de trabalho surge a necessidade de haver inspecções específicas a estes sectores devido às suas especificidades", explicou Comoana.

Ainda na sessão de ontem, o Governo aprovou a proposta de Lei das Fundações, a ser submetida à Assembleia da República para aprovação. O actual regime jurídico que cria fundações está consagrado no Código



Porta-voz do Conselho de Ministros, Ana Comoana

Civil de 1976, que só estabelece normas gerais que atendem à constituição e extinção das associações, o que não se equipara às fundações.

Com esta proposta, segundo a porta-voz, o Executivo espera "tornar mais eficaz e transparente o processo de reconhecimento das fundações, de forma a salvaguardar o interesse social; criar mecanismos para a prestação de contas; estabelecer formas de fiscalização das suas actividades e uniformizar a organização e funcionamento dos seus órgãos sociais".

Outro dispositivo aprovado pelo CM foi o regulamento de exposição à radiação electromagnética das estações de radiocomunicação, que tem por objectivo estabelecer os limites de intensidade de campos electromagnéticos emitidos pelas estações

de radiocomunicações e os respectivos cálculos e procedimentos a serem considerados no processo de sua mediação e os mecanismos de fiscalização das condições de instalação.

Também na sessão de ontem, o Governo apreciou as informações da visita do Presidente da República à província de Inhambane, bem como da participação de Moçambique na 29.ª Cimeira da União Africana, realizada em Addis-Abeba, Etiópia, na qual o país foi representado pelo primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário. O Executivo apreciou igualmente as informações dos preparativos do 4.º Recenseamento Geral da População e Habitação, bem como dos exames extraordinários da 12.ª classe.

MEREC ABSORVE 30 MIL TONELADAS DE MILHO NACIONAL

A MEREC, uma unidade fabril de agro-processamento, vai absorver, até finais do ano em curso, cerca de 30 mil toneladas de milho produzido nas províncias de Tete e Niassa para alimentar a indústria nacional.

A medida vai garantir a comercialização de excedentes agrícolas e estimular o aumento da produção e da produtividade, uma das grandes apostas do Governo.

Para o efeito, o Instituto de Cereais de Moçambique (ICM) assinou esta Segunda-feira, na Matola, um memorando de entendimento com a MEREC que vai permitir que o excedente da produção nacional seja colectado e absorvido por esta firma. O documento foi assinado pelo director-geral do ICM, João Macaringue, e pelo seu homólogo da MEREC, Gilberto Cossa.

Na ocasião, o ministro da Indústria e Comércio, Max Tonela, que visitou a unidade fabril, disse que as projecções indicam para a existência de excedentes na ordem de 3,9 milhões de toneladas de cereais.

Neste momento, os principais desafios, segundo o ministro, prendem-se com o alcance das metas de comercialização que até o primeiro semestre deste ano foram realizadas na ordem de 17 por cento.

"Temos uma resposta positiva por parte do sector industrial que vai estimular o aumento da procura da produção nacional e assegurar a melhoria do nível do preço negociado com os fornecedores. Projectamos criar condições para que haja aumento contínuo da produção, com destaque para cereais", afirmou;6.

Recentemente, o Governo assinou um acordo com a Higest, fábrica de produção

e comercialização de rações e pintos, para a compra de 1.400 toneladas de soja, a ser fornecida a empresa até final do ano em curso.

Por sua vez, o PCA da MEREC, Mahamud Charania, disse que a fábrica processa, actualmente, cerca de 100 toneladas de milho por dia e 140 de trigo, quantidades que poderão incrementar com o aumento da produção e crescente procura de cereais.

O Governo tem intervindo na cadeia de comercialização dos excedentes junto das indústrias de agro processamento que representam, actualmente, no sector alimentar, 22 por cento da indústria em Moçambique, com vista a estimular a procura nacional de cereais, substituindo, desta forma, as importações. (AIM)

TEMOS DE PRODUZIR E CONSUMIR PRODUTOS NACIONAIS

– defende Filipe Nyusi, durante visita à província de Inhambane

TEXTO: Adilson Virgílio



O Presidente da República abriu a Feira Nacional de Raízes e Tubérculos, em Zavala, e apelou ao aumento da produção nacional

O Presidente da República, Filipe Nyusi, defende que a população moçambicana deve intensificar a produção e consumo de produtos nacionais, de modo a ultrapassar as dificuldades que o país tem enfrentado no domínio da economia.

Para o efeito, e segundo o Chefe de Estado, em comícios populares que orientou na província de Inhambane, é preciso que se aumentem as áreas de produção de modo a que haja produtos suficientes em todo o ano.

"Temos de produzir e consumir produtos nacionais. Por isso temos de aumentar as nossas áreas de produção, para ter o nosso tomate, batata-doce, tangerina, laranja, couve, repolho e alface, inhame, madumbe e outros produtos nutritivos todo o ano", instou Nyusi.

Apesar de possuir uma extensa área arável e condições agro-ecológicas para a prática da agricultura em todas as épocas do ano, actualmente o país importa a maior parte de produtos alimentares como arroz, óleos, carnes e frangos, ba-

tata-reno, frutas, entre outros, da vizinha África do Sul.

Durante a visita de três dias à província de Inhambane, Filipe Nyusi escalou sucessivamente os distritos de Zavala, Panda, Mabote e Morrumbene, onde manteve encontros com os governos locais e população, além lançar a primeira pedra para a construção do Instituto Superior Politécnico de Tecnologias Marinhas e Pescas, e orientar a cerimónia de abertura da Feira Nacional de Raízes e Tubérculos.

O PR visitou igualmente campos de produção de comida e inaugurou uma agência bancária em Mabote, implantada no âmbito da bancarização dos distritos.

Já em Morrumbene, Filipe Nyusi inaugurou um sistema de abastecimento de água e uma fábrica de processamento de frutas.

Em encontros com a população, o Presidente da República instou as mulheres a mandarem os filhos à escola, para que se possa ter um país melhor.

"Quero-vos pedir coisa muito importante: mandem as crianças à escola porque,

como sabem, só com a escolarização das crianças é que teremos um Moçambique melhor", disse Nyusi, dirigindo-se às mulheres de Inhambane.

Sabe-se que nesta parcela do país a taxa de alfabetização é baixa, sobretudo nas crianças do sexo feminino, que têm sido obrigadas a casar cedo ou a atender a actividades económicas para ajudar na renda da família.

No final da visita, o alto magistrado da nação considerou que, apesar dos fenómenos naturais que assolaram Inhambane nos últimos anos, nomeadamente seca, vendavais e ciclones, esta parcela do país está num bom caminho rumo ao desenvolvimento socioeconómico.

"Inhambane está no bom caminho. Tem gestores motivados, com criatividade. Não são simples intermediários para levar recados e preocupações da população ao Governo central, mas sim dirigentes com muitas iniciativas que nos ajudam a resolver os problemas da população", congratulou-se Nyusi em conferência de imprensa.



A Feira Nacional de Raízes e Tubérculos foi uma montra para vários produtos nacionais

PRODUÇÃO GLOBAL DE INHAMBANE NA ORDEM DE 54 POR CENTO



O desempenho económico de Inhambane no primeiro semestre do ano em curso está na ordem de 54,1 por cento, com uma produção global de 9 mil milhões de meticais, o correspondente a um crescimento de 12,2 por cento em relação a igual período do ano passado. Segundo Daniel Chapo, contribuiu para este desempenho a produção de mais

de 2.218.962 toneladas de culturas agrícolas diversas e 17.236,1 toneladas de pescado. Em termos de comercialização, foram vendidos 798.69 toneladas de produtos como cereais, leguminosas, tubérculos, hortícolas, frutas e algodão, o que corresponde a 46,5% de realização do plano. Na produção de carnes e

seus derivados, Chapo disse que foram comercializadas 579,48 toneladas, uma execução de 53,1 por cento do plano e um crescimento de 6,5 se comparado com igual período passado. A produção dos serviços de alojamento e restauração no período em análise foi de 486,61 milhões meticais, o que representa um crescimento de 52,4 por cento.

“Esta evolução positiva, apesar da destruição de algumas estâncias turísticas pela passagem do ciclone Dineo, mostra que Inhambane continua a ser o destino preferencial dos turistas nacionais e estrangeiros, pelo que registámos durante o período [em análise] uma entrada de 189.352 turistas”, avançou Daniel Chapo.



ALARGAMENTO DOS SERVIÇOS SOCIAIS



O distrito de Mabote, norte de Inhambane, já conta com uma instituição bancária

Na componente dos serviços sociais, o governador de Inhambane destacou a abertura de onze escolas primárias e seis secundárias, bem como a in-

trodução do segundo grau em quatro estabelecimentos primários e da 11.ª classe em igual número de escolas secundárias.

"Estas acções culminaram com o alargamento da rede escolar em 2 por cento", destacou Chapo, salientando que na sequência foram contratados 507 novos docentes, sendo 420 para o ensino primário e 87 para o secundário.

"Queremos informar que, no âmbito da reconstrução de salas de aula pós-calamidades, conseguimos mais de metade das 2222 destruídas. Também foram reabilitados 307 blocos administrativos, 323 residências, 14 camaratas, 526 blocos sanitários, 13 muros de vedação e 4 edifícios dos serviços distritais de Educação Juventude e Tecnologias em 11 distritos", informou. Na área da Saúde, destacou a expansão do acesso e melhoria da qualidade dos serviços nas 135 unidades sanitárias em funcionamento. Relativamente ao apoio psicossocial às pessoas vítimas da violência, foram atendidas 255, das quais 117 mulheres.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA



Morrumbene com mais água com a inauguração recente de um novo sistema de abastecimento

Com vista ao aumento da provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água rural, foram construídos 25 novos furos de água dos 88 planificados.

Para a operacionalização das fontes de água dispersas, do total das 2121 existentes em toda a província, 1837 foram intervencionadas, estando operacionais, e 284 estão avariadas. Dos 239 sistemas de abastecimento de água rural existentes, 210 é que estão operacionais e 29 se encontram avariados. No período em análise, Inhambane construiu dois novos sistemas no distrito de Panda e concluiu as obras de reabilitação de dois nas vilas-sedes de Jangamo e Morrumbene.



PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
N.º 780, 1.º andar
email: jornalmoçambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo N.º 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinque, Líria Samissone, Leonildo Balango e Pilatos Pires

Revisão: Mário Bento Vasco

Maquetização: Januário Magaia

Transporte público

MUNICÍPIO DE MAPUTO ADQUIRE 300 AUTOCARROS



David Simango (à esquerda) empossou novos gestores da EMTPM, de quem espera nova dinâmica

O drama da falta de transporte público na cidade de Maputo está com dias contados com a aquisição, nos próximos dias, de mais 300 autocarros para reforçar a frota da Empresa Municipal dos Transportes Públicos da capital (EMTPM) e para operadores privados.

Segundo anunciou há dias o presidente do Conselho Municipal desta edilidade, David Simango, o concurso público para o fornecimento dos meios circulantes já foi lançado e dentro de dias será publicado o vencedor, que tem a responsabilidade de entregar ainda este ano os autocarros. "Portanto, não vamos antecipar a data da entrega. O que vou adicionar é que a partir do momento em que anunciamos o vencedor começa a contar o prazo para a en-

trega dos primeiros autocarros", disse Simango, falando na tomada de posse do novo Conselho de Administração da EMTPM.

Na ocasião, o edil de Maputo instou os empossados a darem o seu máximo na gestão da empresa e no seu desenvolvimento, de modo a dinamizar todas as iniciativas que o Governo e o Município estão a tomar com vista a revitalizar o sector dos transportes na cidade de Maputo, que se encontra numa situação crítica.

"É preciso notar que o transporte na cidade de Maputo não é feito só pela Empresa Municipal dos Transportes, mas também por outros actores do sector privado, que são nossos parceiros. E as decisões que tomámos na revitalização dos transportes têm em conta todos esses actores: o sector privado e a empresa

municipal", disse.

Por isso, a EMTPM deve-se posicionar em função das novas abordagens que se vão implementar na área dos transportes.

Por exemplo, segundo Simango, nos próximos meses vão ser concessionadas rotas a operadores privados. No total existem 53 rotas na cidade de Maputo e, por enquanto, estão ser exploradas somente duas, as de Museu/Albazine e Museu/Zimpeto.

Neste momento, há um trabalho de criação de novas cooperativas na Matola e Marracuene, resultantes da fusão de operadores privados de transporte semicolectivo de passageiros, a entrarem em funcionamento nos próximos meses.

"Teremos outras empresas a trabalhar na urbe. Não 'chapas' individuais como acontece agora. Mas um sistema

de concessão de rotas a empresas. Isso coloca um desafio à Empresa Municipal, que quase era a única empresa operadora. Com a criação da cooperativa, já temos duas empresas, neste caso a COOTRAC e a EMTPM. Mas vão aparecer outras empresas no transporte urbano nos próximos dias", explicou o responsável.

Um dos desafios da nova administração da EMTPM é realinhar a companhia a esta nova realidade, mas também que responda às medidas que estão a ser tomadas para a revitalização da tarifa actual, que está desajustada.

"Vamos introduzir a bilheteira para a cobrança da tarifa para todos os operadores da cidade, da área metropolitana, e a empresa é obrigada a posicionar-se nesse aspecto", reiterou.

Foram empossados para o Conselho de Administração da EMTPM Loureço Albino, como presidente, e Adelino Estêvão Bucuane, como administrador executivo.

Os empossados comprometeram-se em tudo fazer para melhorar a situação do transporte urbano da cidade de Maputo.

"Também ao nível interno, temos o desafio de encontrar harmonia com os trabalhadores, para que não haja um clima de insegurança. Este é um desafio permanente, que se alia à melhoria da saúde da frota, o aprovisionamento em 'stock' de peças e material para a sua manutenção", salientaram.



MATOLA QUER MELHORAR ACESSO À SAÚDE



A parceria entre a Médicos del Mundo e o município da Matola vai trazer melhorias no acesso a cuidados sanitários

Um dos grandes problemas da população moçambicana é o acesso a cuidados de saúde, muitas vezes devido às longas distâncias entre o local de habitação e as unidades sanitárias, mas também ao desconhecimento dos direitos que o cidadão tem no acesso ao atendimento sanitário.

A par da contínua construção de centros de saúde, o Município da Cidade da Matola quer promover maior conhecimento e respeito dos direitos do cidadão no acesso à saúde. Para o efeito, rubricou há dias, com a organização Médicos del Mundo, um memorando de entendimento para o desenvolvimento de uma parceria nas áreas do Orçamento Participativo, Saúde, Género, Acção Social e Fortalecimento Institucional.

Sob o lema "Melhoria da participação do cidadão no âmbito da governação para o exercício do direito à saúde", o acordo prevê a reabilitação de infra-estruturas e realização de campanhas de sensibilização

em matérias ligadas à saúde, formação dos chefes de quarteirão e outros agentes na prevenção da violência baseada no género e no fortalecimento institucional, bem como capacitação dos funcionários municipais de diferentes áreas. As actividades serão desenvolvidas nos bairros da Matola e terão envolvimento de jovens e líderes locais.

"Este projecto pressupõe actividades que propiciem a boa governação na área da Saúde e, nesse sentido, vamos trabalhar em coordenação com a Direcção Distrital de Saúde e o Conselho Municipal. Por outro lado, trabalharemos com os cidadãos como titulares dos direitos, capacitando os líderes locais e jovens influentes. Estaremos focalizados no posto administrativo do Infulene, nos bairros de Boquisso, Ndhavela, khongolote, Muhalaze, T3 e Infulene, onde prevemos abranger 62 mil mulheres e 58 mil homens", disse Emanuel Lini, coordenador da organização.

Por sua vez, o edil da Matola, Calisto Cossa, acredita que o



projecto será uma mais-valia para perceber de perto as reais preocupações dos cidadãos. "Estamos satisfeitos porque vemos que as ferramentas de participação criadas pela nossa edilidade estão a surtir os efeitos desejados. Daremos toda a contribuição necessária para que o projecto vá avante, pois já temos um parceiro para ajudar a olhar para os grupos mais vulneráveis, como a mulher e a criança", sublinhou Cossa.

O memorando é rubricado

considerando o trabalho que a Médicos del Mundo vem desenvolvendo no município da Matola nas áreas da Saúde e Acção Social desde o ano 2000.

O projecto terá início no mês de Agosto, com duração de 18 meses, estando orçado em 318 mil euros, o equivalente a pouco mais de 21 milhões de meticais, desembolsados maioritariamente pela Agência Andaluza de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

APELA-SE À PARTICIPAÇÃO DE TODOS NO CENSO DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO

Um total de 196 mil cidadãos estará envolvido no Recenseamento Geral da População e Habitação a decorrer de 1 a 15 de Agosto em todo o país. E a capacitação dos agentes, por forma a conduzirem o processo sem mácula, já iniciou. Numa primeira fase, o ciclo de capacitações envolveu 37 formadores nacionais seleccionados em todo o país, que após a formação foram distribuídos pelos pólos regionais para instruírem os formadores regionais.

É este processo que está em curso em Gaza, para atender à região sul; Manica, centro do país; e Nampula, no Norte. O quarto pólo foi criado na Zambézia devido ao número da população que esta província tem, juntamente com Nampula. Estas informações foram dadas esta segunda-feira, no final da 3.ª sessão do Conselho Coordenador do Recenseamento Geral da População e Habitação, órgão dirigido pelo primeiro-ministro e que conta com outras instituições do Governo.

Falando no final do encontro, o porta-voz do Instituto Nacional de Estatística (INE), Cirilo Tembe, explicou que o órgão aprofundou aspectos preparativos do censo, concretamente questões orçamentais, e reviu aspectos legislativos. "Há necessidade de rever a legislação para orientar os próximos censos gerais, pois sentimos existirem aspectos por corrigir. Por isso mesmo, recomenda-se que continuemos a reflectir nesse aspecto", disse, explicando que, particularmente, o censo de 2017 decorre numa altura em que o país atravessa muitos desafios, sendo essa a razão para reflexões profundas sobre



Mais um encontro de preparação do censo da população e habitação, orientado pelo primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário

aspectos não previstos nos anteriores processos, como a criação de gabinetes provinciais e distritais do censo populacional, que devem acolher e suportar as actividades a cada dez anos.

"A actual lei não prevê a existência desses órgãos de base. Por isso, pretende-se enriquecer a legislação e submetê-la ao Conselho de Ministros e à Assembleia da República para evitar a criação dessas instituições de base de forma 'ad hoc'", sublinhou Cirilo Tembe.

Em relação à agitação que se verificou em alguns pólos onde decorrem formações regionais, com os formandos a reivindicarem melhores condições de alojamento, subsídios e materiais para o seu treinamento, a fonte explicou que o problema já foi ultrapassado.

Cirilo Tembe esclareceu que, dadas as condições que o país atravessa, nenhum formando foi remunerado ou teve algum subsídio. Mesmo os 37 formadores nacionais capacitados

em Maputo não foram pagos. "Não foi pago nenhum subsídio durante a capacitação", disse, admitindo que houve ruído.

Tal como na primeira capacitação, em que os formadores foram albergados numa estância hoteleira, sem direito a subsídio, seguiu-se a mesma modalidade com os formadores regionais.

"Após a capacitação regional, os formados firmaram um contrato com o INE e são eles que estão a levar a cabo a capacitação", disse, explicando que "para não deixar comprometido o processo, depois de o INE conversar com os parceiros de cooperação, o meio-termo encontrado foi dar duas opções aos formandos. A primeira foi manter o modelo inicial e a segunda atribuir um subsídio de 1225 meticais definidos no orçamento para cada formando e ele responsabilizar-se pela sua logística".

Cirilo Tembe disse que alguns formandos optaram por continuar nas condições iniciais

e outros por levar o valor e assegurar toda a logística, por conta e risco próprio, mas o certo é que a situação está agora controlada.

O censo, cujo exercício preparatório está a decorrer desde o ano transacto, vai envolver 120 mil pessoas a vários níveis (inquiridores, recenseadores, controladores, guias, motoristas, entre outros intervenientes), devendo consumir 79 milhões de dólares.

Trata-se de uma operação estatística importante para o desenvolvimento sustentável e harmonioso de um país, oferecendo dados fiáveis sobre o número e o nível de vida das famílias e, assim, facilitar a planificação.

Saber quantos somos, quem somos, onde estamos e como vivemos permite ao Executivo projectar o futuro do país em termos de políticas habitacionais e de natalidade, económica, regional e até mesmo a global.

A realização do censo em quase todos os países acontece a cada dez anos.



Participantes da reunião entre o FIDA e Ministério da Economia e Finanças, no fim da qual foram anunciados 150 milhões de dólares americanos em investimentos nos próximos anos

FIDA INVESTE MAIS DE 150 MILHÕES DE DÓLARES NA AGRICULTURA EM MOÇAMBIQUE

Mais de 150 milhões de dólares norte-americanos serão investidos nos próximos anos no sector da agricultura em Moçambique pelo Fundo Internacional do Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), através da Nova Estratégia de Financiamento ao País (COSOP - 2018-2022). O valor destina-se a apoiar pequenos agricultores, pescadores, aquacultura, bem como a inclusão financeira.

Esta informação foi avançada há dias pelo representante do FIDA em Moçambique, Robson Mutandi, no

decorso de uma reunião em parceria com o Ministério da Economia e Finanças, na qual se fez revisão do desempenho da carteira de projectos do Governo financiados pelo fundo.

Na ocasião, o secretário permanente do Ministério da Economia e Finanças, Domingos Lambo, disse que a revisão da carteira de projectos do FIDA surge num momento em que o Governo adopta uma estratégia de focalização das suas ações em áreas que possam induzir a um maior crescimento económico, com destaque para a agricultura, infra-estruturas, energia e turismo. Lambo assegurou que o

Executivo continua a priorizar os sectores da agricultura e pesca, onde o FIDA tem dado a sua contribuição para a implementação das políticas e estratégias de desenvolvimento do país orientadas para as zonas rurais, onde vive perto de 70 por cento da população, e para o desenvolvimento agrícola e garantia da segurança alimentar e nutricional.

"A agricultura representa o sector predominante nas zonas rurais e continua a jogar papel dinamizador na garantia da segurança alimentar, pois emprega maior número da nossa população rural", elucidou o dirigente.

Por seu turno, o representante do FIDA em Moçambique, Robson Mutandi, referiu que a instituição tem sido um parceiro confiável, forte e flexível de Moçambique. "Vamos dedicar mais atenção e recursos à gestão do conhecimento e diálogo sobre políticas públicas", frisou.

Desde 1981, o FIDA financiou 12 projectos altamente concessionais avaliados em 212 milhões de dólares norte-americanos para intensificar a eficácia no desenvolvimento e erradicação da pobreza.

A serviços financeiros

APENAS 20 POR CENTO DOS MOÇAMBICANOS TÊM ACESSO

Texto: Brigida da Cruz Henrique

Somente 20 por cento da população adulta em Moçambique tem acesso aos serviços financeiros como banca e seguros, revelam pesquisas feitas em 2014 pelo Banco de Moçambique.

Para reverter este cenário, está em implementação a estratégia de inclusão financeira 2016-2022, instrumento que contempla acções de educação a todas as camadas sociais e que se traduz na massificação de serviços financeiros, mas olhando para a protecção do consumidor.

A informação foi divulgada no decurso da capacitação de jornalistas sobre educação financeira promovida pela Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), em parceria com o Sindicato Nacional de Jornalistas e a FSD, entando que vectores e construtores da opinião pública.

Segundo explicou Esselina Macome, da FSD, na África Austral somente 40 por cento da população tem acesso aos serviços formais da banca.

"Mudar o cenário significa partilhar com a sociedade a estratégia de educação financeira, através de acções de capacitação da sociedade e protecção do consumidor, para que os cidadãos conheçam e usem os produtos e serviços", explicou Macome, reconhecendo ter disparado o número de agências bancárias, de cidadãos com várias contas bancárias e a penetração de serviços de telefonia móvel nas transacções financeiras. Neste contexto, e



Salim Valá, presidente da Bolsa de Valores de Moçambique

coordenação com o Banco Central, a Bolsa de Valores (BVM) pretende, com acções formativas e de sensibilização a estudantes, académicos, comerciantes, empresários, que apliquem as suas poupanças em investimentos produtivos ou usem o mercado de capitais como alternativa de financiamento às suas actividades.

E porque os jornalistas são construtores ou fazedores da opinião pública, é importante terem o domínio da estratégia de inclusão financeira para que façam abordagens didáctico-pedagógicas sobre o mercado de capitais e todo um conjunto de matérias relativas ao mercado financeiro

nacional, mostrando as vantagens e desvantagens de investimentos, como participar, entre outras acções.

"É preciso explicar e mostrar que é da poupança e investimentos que um país gera empregos, mais renda e melhor qualidade de vida dos seus cidadãos. Que o crescimento das negociações e a dinamização dos investimentos fazem surgir os sistemas financeiros, importantes para dinamizar o investimento e responsáveis pela transparência e segurança nas negociações", explicou.

No dia-a-dia, milhares de cidadãos contactam entidades financeiras para

realizar várias operações que, algumas vezes, levam muito tempo. A inovação tecnológica pode ser importante no acesso, rapidez e segurança nas operações financeiras.

"O acesso aos serviços financeiros tem de ser com recurso a tecnologias para permitir que os cidadãos realizem operações sem que, necessariamente, precisem de uma agência bancária física", anota Macome, avançando que o sistema bancário em Moçambique "não é muito bom. As pessoas podem saber o que é um banco, mas nós queremos que elas usem os serviços. Esse é o desafio das instituições", explicou.



Jornalistas capacitados em educação financeira pela BVM, SNJ e FSD

BANCARIZAR ZONAS RURAIS PARA PROMOVER DESENVOLVIMENTO

A educação financeira permitirá à sociedade compreender o sistema financeiro, ganhar confiança, para daí disponibilizar financiamentos às actividades económicas, fomentar emprego e assim criar riqueza.

Em relação ao surgimento de muitos bancos, particularmente na cidade de Maputo, o Banco Central defende que estas instituições devem ter agências provinciais e distritais.

"A bancarização das zonas rurais é necessária para promover a poupança, o investimento e o desenvolvimento socioeconómico e, actualmente, fala-se de

serviços financeiros digitais como alternativa de acesso ao sistema financeiro", contou.

Segundo Paula Bila, da Bolsa de Valores de Moçambique, promotora da capacitação a jornalistas, o evento enquadra-se no projecto de educação financeira e da BVM, alinhado com a estratégia nacional de inclusão financeira aprovada pelo Governo.

"Formar jornalistas é construir elo de ligação com os demais moçambicanos, entanto que fazedores da opinião pública, que massificarão as mensagens."

A BVM defende que o mercado de capitais é um espaço válido e privilegiado para aplicação de recursos e



Paula Bila, da Bolsa de Valores de Moçambique

usufruir de grandes ganhos, através da compra ou venda de participações e títulos, melhor que os bancos comerciais.

"Aqui todos podem comprar, vender, investir e aceder a outros negócios e sair a ganhar".

Para Paula Bila, falar da BVM a cidadãos menos escolarizados é um desafio grande.

"Teremos de recorrer às línguas nacionais para que todos saibam que investindo na BV se pode ganhar mais que ter o dinheiro em casa ou num banco comercial", disse, salientando que no ano passado foi formado um grupo de mulheres da caixa poupança, que sobrevive à base do "xitique", estando já a investir.

XAI-XAI PROCURA AUTO-SUPERAR-SE APÓS VER SEU TERRITÓRIO REDUZIDO

Texto: Pilatos Pires



Xai-Xai ficou com área reduzida com nova divisão administrativa

O distrito de Xai-Xai, na província de Gaza, está a tentar auto-superar-se após ver seu território reduzido com a criação de outras áreas, no contexto da nova divisão administrativa.

Antes, era um dos maiores distritos de Gaza e possuía uma área agrícola extensa que incluía os postos administrativos de Limpopo e Chongoene, regiões hoje novos distritos.

Xai-Xai é agora composto pela autarquia e pela localidade de Chilaulene, com três povoações.

Apesar desta redução, as autoridades locais não perdem o foco nem forças, e consideram que o distrito ainda possui forte potencial agrícola para produzir arroz, milho e hortícolas, como culturas de bandeira. Para esta campanha agrícola, prevêem-se até 80 mil toneladas, só que a primeira época não foi muito

frutífera devido a inundações. Neste momento, está em preparação a segunda época, em que se esperam colher pelo menos 40 mil toneladas de culturas diversas.

Para o sucesso desta fase, as autoridades governamentais estão a retirar as águas que inundaram os campos de cultivo durante a primeira época agrícola, tendo já sido libertos cerca de 80 hectares. Segundo explicou o administrador de Xai-Xai, Gabriel Dove, está em curso igualmente uma campanha de distribuição de sementes aos camponeses. São no total 5,5 toneladas de semente de arroz, 1,5 tonelada de milho, uma de feijão e meia tonelada de hortícolas diversas.

Estas acções são levadas a cabo depois duma primeira época agrícola com resultados não muito bons, em que, dos 7023 hectares de diversas culturas, com destaque para milho, mandioca e hortícolas, perto de 100 perderam-se

totalmente e cerca de 200 hectares foram colhidos precocemente, o que não garantiu qualidade à produção. Das áreas de produção agrícola do distrito de Xai-Xai, destaque para as extensas terras aráveis na cintura verde da cidade e do interior de Chilaulene, onde o Governo local está a investir fortemente na agricultura, agro-pecuária e piscicultura. Porém, a intervenção humana nestes locais é necessária, por receberem águas vindas directamente da nascente, o que em tempo de chuvas provoca cheias, prejudicando as plantações.

"Não obstante este facto e o costume de se achar que a produção na segunda época é menos rentável, o distrito de Xai-Xai está apto para mudar este paradigma com a ajuda das condições geográficas das terras e uso de técnicas que garantam o desenvolvimento agrícola", explicou Dove.

INOVAR NO TURISMO E APETRECHAR INFRA-ESTRUTURAS

Xai-Xai é uma das regiões do país com grande potencial para o turismo, devido à vasta costa marítima que possui e às infra-estruturas. Com a nova divisão administrativa, as autoridades locais dizem que vão inovar, apostando mais no turismo de negócios e lazer, juntamente com o de desporto.

Para o efeito, vão trabalhar também no apetrechamento das infra-estruturas de modo a serem mais competitivos no mercado.

Estão igualmente a projectar, para a foz do rio Limpopo, o desenvolvimento do turismo cinegético em áreas delimitadas, tudo dentro de um contexto de conservação e sustentabilidade da vida silvestre.

A implantação do projecto vai contar com investimentos nacionais e estrangeiros, com destaque para chineses.

"O empreendimento vai absorver grande número de mão-de-obra local e trará outros benefícios de cariz social, como a criação de escolas, unidades sanitárias, entre outros", explicou Gabriel Dove, acrescentando que contempla também a melhoria das vias de acesso que dão acesso ao local que vai acolher o empreendimento, para além de canais para o escoamento de águas pluviais.

Neste momento, equipas compostas por engenheiros moçambicanos e chineses estão a trabalhar na estruturação do projecto turístico.

Por outro lado, Dove disse que o Governo está a reabilitar alguns edifícios antigos para o aproveitamento e que se almejam também mais escolas secundárias, hospitais, posto policial e realizar intervenções nas vias de acesso que têm sido interrompidas sempre que há chuvas, sobretudo o troço Patrice Lumumba-Zimilene, bem como a construção de estradas que vão permitir a interligação das localidades de Zimilene, Nhancumene, Mahelene e Chilaulene.



Moçambique

12 de Julho de 2017

UFSA

SUPLEMENTO

SUPLEMENTO SOBRE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Suplemento do Jornal Moçambique de 12 de Julho de 2017 – N.º 199
PARCERIA GABINETE DE INFORMAÇÃO – UNIDADE FUNCIONAL DE SUPERVISÃO
DAS AQUISIÇÕES

CONTINUAÇÃO

Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto n.º 5/2016 de 8 de Março

Artigo 125 (Cessação dos Contratos)

1. Os contratos cessam:

- a) Pelo integral cumprimento das obrigações da Entidade Contratante e da Contratada;
- b) Por mútuo acordo entre a Entidade Contratante e a Contratada; e
- c) Por rescisão unilateral fundamentada em incumprimento de obrigações contratuais.

2. No caso de Pessoa Singular, a incapacidade ou morte determina a cessação do Contrato, podendo a Entidade Contratante autorizar a continuação do Contrato pelos representantes legais ou herdeiros, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. No caso de Pessoa Colectiva, a falência determina a cessação do Contrato, podendo a Entidade Contratante autorizar a continuação do Contrato desde que haja acordo de credores, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

4. A Contratada não pode ceder a sua posição contratual, no todo ou em parte, sem prévia autorização da Entidade Contratante, sob pena de esta rescindir unilateralmente o Contrato.

5. A cessação do Contrato por mútuo acordo ou por rescisão unilateral é obrigatoriamente feita por escrito.

Artigo 126 (Causas de Rescisão Unilateral)

1. A Entidade Contratante pode rescindir unilateralmente o Contrato com fundamento em:

- a) Incumprimento pela Contratada de cláusulas contratuais, especificações, projectos ou prazos;
- b) Mora por prazo superior a sessenta (60) dias, no cumprimento pela Contratada de obrigações constantes de cláusulas contratuais, especificações, projectos e prazos de execução ou fornecimento, ou prazo menor que

tenha sido estabelecido nos Documentos de Concurso; c) Cumprimento defeituoso reiterado de obrigações contratuais pela Contratada;

d) Sistemática inobservância pela Contratada das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução da obra ou serviços;

e) Alteração do pacto social, incluindo o objecto social e a estrutura societária da Contratada, por fusão, cisão ou incorporação, sem prévio conhecimento e consentimento da Entidade Contratante nos casos em que tal modificação prejudique ou possa ser susceptível de prejudicar a execução do Contrato;

f) Transmissão, seja qual for a forma que revista e seja total ou parcial, da posição contratual da Contratada e bem assim a associação da Contratada a outrem, sem autorização prévia da Entidade Contratante; e

g) Acumulação pela Contratada, de multas até vinte por cento (20%) do valor do Contrato, se outro limite menor não estiver estabelecido no Contrato.

2. A Contratada pode rescindir unilateralmente o Contrato com fundamento:

a) Na impossibilidade de acesso à área, local ou objecto para execução das obras ou para fornecimento de bens ou prestação de serviços, nos prazos contratuais, ou de acesso às fontes de materiais originais especificados no Contrato ou na proposta, por acto imputável à Entidade Contratante;

b) No atraso por prazo superior a sessenta (60) dias, nos pagamentos, totais ou parciais, devidos pela Entidade Contratante em razão da execução das obras, fornecimento de bens ou prestação de serviços; e

c) No decurso de sessenta dias (60) a contar da recepção da ordem escrita da Entidade Contratante ordenando a suspensão da execução da obra ou prestação de serviços, por motivos não imputáveis à Contratada, salvo em caso de força maior ou caso fortuito.

3. A parte que pretenda rescindir unilateralmente o Contrato deve notificar a outra da sua intenção de rescisão indicando, as causas e os respectivos fundamentos.

4. No prazo não superior a trinta (30) dias a parte notificada deverá afastar as causas imputadas, findo o qual poderá a parte notificante rescindir unilateralmente o Contrato com base nos fundamentos constantes da notificação.

Artigo 127

(Consequências da Rescisão Unilateral)

1. Se a rescisão unilateral proceder da Entidade Contratante, tem esta o direito, sem prejuízo do que estiver estipulado no Contrato, de:

- Declarar perda a seu favor a Garantia Definitiva prestada pela Contratada, em pagamento de multas contratuais e para ressarcimento dos prejuízos causados à Entidade Contratante;
- Fazer retenção e uso dos créditos decorrentes do Contrato, para ressarcimento dos prejuízos causados à Entidade Contratante, até ao limite dos mesmos;
- Exigir da Contratada indemnização pelos prejuízos causados; e
- Tomar posse imediata do objecto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, ocupando e utilizando o local, instalações, equipamentos, material e pessoal utilizados pela Contratada na execução do Contrato, se necessários à continuidade da execução ou para efeitos de liquidação de dívidas à Entidade Contratante.

2. Se a rescisão unilateral proceder da Contratada, tem esta o direito, sem prejuízo do que estiver no Contrato, de:

- Ser-lhe devolvida de imediato a Garantia Definitiva que tenha prestado;
- Receber os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão; e
- Ser ressarcida pelos custos da desmobilização de estaleiro e outros previstos no Contrato.

SECÇÃO XIII

Recepção de Bens ou Serviços

Artigo 128

(Conformidade dos Bens e Serviços a Entregar)

- O fornecedor de bens ou prestador de serviços é obrigado a entregar os bens e/ou serviços de acordo com o estabelecido no Contrato, tendo em conta a natureza do bem e/ou serviço e o fim a que se destinam.
- A Entidade Contratante deve designar, no mínimo três (3) elementos, incluindo um da área do património, que não sejam os mesmos que compõem o Júri, responsáveis pela recepção dos bens e/ou serviços.
- Os elementos referidos no número anterior devem proceder à verificação da conformidade dos bens for-

necidos e/ou serviços prestados de acordo com o estabelecido no Contrato, mediante assinatura do Termo de Recepção de Bens e/ou Serviços, no local da entrega do bem e/ou da execução do serviço.

4. Sempre que seja aplicável, a Contratada deve entregar à Entidade Contratante, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização, funcionamento dos bens e/ou serviços entregues.

5. A Entidade Contratante deve cooperar com a Contratada para que sejam criadas condições de segurança dos bens e/ou serviços entregues.

Artigo 129

(Deficiências no Fornecimento de Bens ou Prestação de Serviços)

1. Se por virtude de deficiências constatadas, os bens ou serviços não estiverem em condições de ser aceites, os elementos designados para a sua recepção devem registar e comunicar de imediato à Autoridade Competente, a respectiva rejeição e a obrigatoriedade da consequente substituição pela Contratada.

2. O prazo para a substituição dos bens ou serviços rejeitados não pode exceder trinta (30) dias a contar da data da notificação da rejeição.

CAPÍTULO III

Gestão de Contratos de Empreitada de Obras Públicas

SECÇÃO I

Artigo 130

(Tipos de Contratos de Empreitadas)

1. As empreitadas de obras públicas dividem-se, consoante as formas de remuneração da Contratada, em:

- Empreitada por preço global; e
- Empreitada por série de preços.

2. Nas empreitadas por preço global a Contratada é paga um valor pela execução integral da obra, em uma ou mais prestações, de acordo com os níveis de execução estabelecidos no Contrato, independentemente das quantidades de trabalho que forem executadas.

3. Na empreitada por série de preços a Contratada é paga pelas quantidades de trabalhos efectivamente executados, com base em medições e nos preços unitários estabelecidos no Contrato.

4. O Contrato pode prever remunerações por preço global e por série de preços para diferentes partes da mesma obra.

5. O Contrato deve definir de forma clara e objectiva o tipo de empreitada de obra e demais informação pertinente relativa ao objecto do Contrato.

Para mais informação consulte:

www.ufsa.gov.mz

UFSA

Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições

"Por uma Contratação pública Transparente"

Rua da Imprensa – Prédio 33 Andares, 7º Andar, nº 701, 702 e 704

Maputo - Moçambique



República de Moçambique

Ministério da Economia e Finanças

Direcção Nacional do Património do Estado

Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições

Lista de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços Inscritos no Cadastro Único, ao abrigo do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5/2016, de 8 de Março

Março de 2017

Nº Certificado	Nome da Empresa	Endereço	Data de Inscrição
2008/PE/EOP	Carpintaria Nova e Construções	Bairro de Mutala, Nampula	20/3/2017
2860/MIE/FB	Casa Bhay	Rua da Rádio de Moçambique, nº 55, R/C, Matola	14/3/2017
3020/PE/FB	Casa da Sorte	Av. Karl Marx, Maputo	20/3/2017
2887/PE/FB/PS/EOP	Casa Lenice, Lda	Rua Mártires de Wiriamo, Xai - Xai	20-03-2017
2603/PE/FBPS	Casa Simões	Rua Companhia de Moçambique, Beira	03-01-2017
2803/PE/PS	Catering & Serviços Bom Apetite da Dircia - Sociedade Unipessoal, Lda	Av. Da Tanzânia nº 47, Maputo	03-10-2017
2914/MIC/FB	Catiça Abdul Azizo Aligy	Av, Ngungunhana, Inhambane	14/3/2017
2743/PE/PS	Centro Tecnológico de Quissico, Lda (CETEQ, Lda)	Av. De Moçambique, Mirador de Quissico, Zavala, Inhambane	03-06-2017
2682/MIE/FBPS	Cepa Consultoria e Serviços, Lda	Rua de Mukumbura, nº 43, R/C, Maputo	03-06-2017
2865/MIE/PSC	CFN - Engenharia e Projectos	Av. Agostinho Neto, Maputo	14/3/2017
2940/PE/EOP	Charumar Construções	Vila Sede de Nhamatanda, Sofala	14/3/2017
3070/PE/FB	Chavane Comércio Geral	Av. Eduardo Mondlane, Bairro Cimento, Chibuto	28/3/2017
2773/PE/FB	Check Manitwance, Lda	Rua dos Contunadores, Nampula	03-10-2017
2673/PE/FB	Chicomo Empreendimentos, EI	Bairro 25 de Junho, Casa nº 38, Maputo	20/3/2017
3144/PE/FBPS	Chicote Serviços, EI	Bairro Balane 2, Inhambane	28/3/2017
2813/PE/FB	Chihanhe Ferragem, EI	Bairro Chelengo, Tel: 845217008, E-mail: chihanhe92@gmail.com, Inharrime	20/3/2017



República de Moçambique

Ministério da Economia e Finanças

Direcção Nacional do Património do Estado

Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições

Lista de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços Inscritos no Cadastro Único, ao abrigo do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5/2016, de 8 de Março

Março de 2017

Nº Certificado	Nome da Empresa	Endereço	Data de Inscrição
2651/ME/EOP	China Henan International Cooperation Group. CO. Ltd	Rua Beijo da Mulata Maputo	03-02-2017
3148/PE/FBPS	Chókwé Service, Lda	Av. Dos Heróis Moçambicanos, Chókwé	28/3/2017
2821/MIE/PS	Cihaca Catering & Serviços, EI	Av. Mártires de Mueda, Maputo	03-10-2017
2719/PE/FBPS/PSC	CILAS - Sociedade Unipessoal, Lda	Bairro de Magoanine C, Rua 15, Maputo	03-06-2017
3023/PE/EOP	Cimi Construções & Serviços, Lda	Av. Tomás Nduda, Maputo	20/3/2017
2746/PE/FB	City Shinning, Lda	Rua Doutor Redondo, Maputo	20/3/2017
3202/PE/FBPS	Clamas Participações e Investimento, Lda	Av. Marginal nº 117, Maputo	28/3/2017
3230/ME/FB	Clássica Comercial e Indústria, Lda	Rua Costa Serrão, Sofala	30/3/2017
3019/PE/FB	Cleanex, Lda	Av. Amilcar Cabral, Maputo	20/3/2017
2750/PE/EOP	Clemarg Construção	Av. De Angola, Maputo	03-06-2017
2646/GE/EOP	CMC África Austral, Lda	Rua do Mercado s/n, Dondo	03-02-2017
2227/PE/FB	Comércio Geral Kodak, EI	Bairro Massalela, Bairro 21 de Abril, Inhambane	03-01-2017
3006/PE/PS	Complexo Muamine, Sociedade Unipessoal, Lda	Birro 3 de Fevereiro, Pemba	20/3/2017
2721/PE/FBPS	Computers Shop, Lda	Rua da liberdade, Inhambane	03-06-2017
2917/PE/EOP	Concof Sibone Construções, Lda	Bairro Muelé 1, Inhambane	14/3/2017
2957/PE/EOP	Concreto da Zamézia	Av. Július Nyerere, Quelimane	17/3/2017
2900/PE/FB	Conforlar	Av. Da Namaacha, Km 55, Matola	14/3/2017
3220/PE/PS	Conforme Service, Lda	Bairro Maiaia, Posto Administrativo de Muiitiva Porto, Nampula	30/3/2017